

MERCADOS



Bolsa sobe mais de 1% com fluxo estrangeiro; dólar recua 0,45%

CAROLINE ARAGAKI/AE

Embora sem a confirmação do Irã, as declarações dos Estados Unidos de que o país concordou em voltar a receber inspetores da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) foram lidas como um avanço nas negociações para encerrar o conflito e deram espaço a um apetite por risco maior nos mercados. Como resultado, a Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) subiu mais de 1% e recuperou o nível dos 170,3 mil pontos, com as ações de primeira linha no azul sinalizando a entrada de fluxo estrangeiro. O giro financeiro, contudo, foi limitado enquanto investidores aguardam a ata do Comitê de Política Monetária (Copom) de junho e o índice de inflação PCE dos EUA, a serem divulgados na quarta e na quinta-feira, respectivamente.

O arrefecimento das tensões no Oriente Médio fez o petróleo Brent para agosto ceder 3,31%, a US\$ 77,90 por barril, mas as ações da Petrobras conseguiram fechar em alta de 0,95% (PN) e 0,69% (ON).

Para hoje, o foco ficará na ata da reunião de junho do Copom. Ontem, o boletim Focus mostrou que a estimativa mediana para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de 2026 subiu de 5,3% para 5,33%, acima do teto da meta de inflação, de

4,5%. Já a projeção para a taxa Selic foi para 14,00% ao ano ao fim de 2026, de 13,75% na semana anterior.

Após mínima com variação zero, pela manhã, aos 168.326,26 pontos, e máxima aos 170.749,76 pontos (+1,44%), à tarde, o Ibovespa fechou em alta de 1,21%, aos 170.370,38 pontos. Fora Petrobras, todas as ações de grandes bancos e Vale (+0,2%) avançaram, tendo ainda Azzas (+10,48%) na liderança do campo azul, influenciada pelo movimento de vender a marca Farm Rio.

O Ibovespa ainda acumula queda de 1,97% no mês de junho, mas avanço de 5,74% em 2026.

DÓLAR

O dólar abriu a semana em baixa moderada no mercado local, devolvendo parte da alta de mais de 2% registrada na semana passada, com ajustes e realização de lucros.

Em baixa desde a abertura dos negócios e com mínima de R\$ 5,1241 no início da tarde, o dólar à vista terminou o dia em queda de 0,45%, cotado a R\$ 5,1415. A moeda americana avança 1,96% frente ao real em junho, após valorização de 1,82% no mês passado. No ano, as perdas, que chegaram a superar dois dígitos no início de maio, quando a taxa de câmbio rondava R\$ 4,90, agora são de 6,33%.

NO ANO

Movimento aéreo cresce 6% e soma 42 mi de passageiros

JOÃO CAIRES/AE

A movimentação de passageiros em voos domésticos no Brasil atingiu recorde para o mês de maio, com 8,31 milhões de viajantes transportados, segundo os dados consolidados da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) e divulgados pelo Ministério do Turismo.

O resultado representa crescimento de 2% em relação aos 8,16 milhões registrados em maio de 2025 e é o maior para o

mês desde o início da série histórica, em 2000.

No acumulado de janeiro a maio, 42 milhões de passageiros viajaram em voos domésticos no País, alta de 6% ante os 39,8 milhões registrados no mesmo período do ano passado. Segundo a Anac, é a primeira vez que a marca de 42 milhões de passageiros é superada nos cinco primeiros meses do ano.

Os dados também mostram avanço na movimentação internacional. Entre janeiro e maio, foram registrados 12,8 milhões

de passageiros em voos internacionais, crescimento de 10% na comparação com os 11,6 milhões contabilizados no mesmo intervalo de 2025.

Considerando apenas o mês de maio, a movimentação internacional alcançou 2,23 milhões de passageiros, alta de 5% em relação aos 2,13 milhões registrados um ano antes.

O ministro do Turismo, Gustavo Feliciano, afirmou que os números refletem o fortalecimento da atividade turística no Brasil e o aumento da procura

por viagens domésticas. Segundo ele, o desempenho também está relacionado às ações de promoção dos destinos nacionais e à ampliação da conectividade aérea.

"Os números refletem o excelente momento que o turismo brasileiro vive atualmente. O brasileiro está com mais confiança, mais renda e mais desejo de conhecer as belezas do seu próprio País. Vamos continuar trabalhando para integrar o Brasil para que ainda mais brasileiros possam viajar", afirmou por meio de nota.

IMPOSTO DE RENDA

Receita libera hoje consulta ao 2º lote de restituição do IR

JOÃO CAIRES/AE

A Receita Federal libera hoje, a consulta ao segundo lote de restituição do Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF) de 2026. O lote contempla 9.585.797 contribuintes e soma R\$ 16 bilhões em restituições, tornando-se o maior da história em número de beneficiários, segundo o Ministério da Fazenda.

Segundo a Pasta, o valor do lote iguala o recorde registrado no primeiro lote de restituição deste ano, pago em maio. Com os dois primeiros lotes de 2026, a Receita prevê contemplar cerca de 18,3 milhões de contribuintes, com desembolso total de R\$ 32 bilhões. De acordo com o órgão, esse montante corresponde a aproximadamente 80% do total estimado

de restituições a serem pagas neste ano.

Do valor total liberado no segundo lote, R\$ 4,49 bilhões serão destinados a contribuintes com prioridade legal. Nesse grupo estão 155.060 idosos com mais de 80 anos, 1.106.923 idosos entre 60 e 79 anos, 106.294 pessoas com deficiência física, mental ou moléstia grave e 507.768 contribuintes cuja

principal fonte de renda é o magistério.

Além das prioridades previstas em lei, 7.709.752 restituições serão destinadas a contribuintes que utilizaram a declaração pré-preenchida e/ou optaram pelo recebimento via Pix. Não houve inclusão de contribuintes sem qualquer critério de prioridade neste lote.

ANEEL

Edital do próximo leilão de transmissão retira subote

POR RENAN MONTEIRO

A diretoria da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) aprovou ontem, a minuta do edital do próximo leilão de transmissão de energia (nº 4 de 2026) com a exclusão do subote referente à interligação entre Brasil e Bolívia. Durante as contribuições, foram apontadas "incertezas relevantes" quanto ao acordo internacional entre os dois países, bem como ausência de modelagem do sistema boliviano e indefinição de cronograma.

O acordo internacional, até o presente momento, não foi ratificado pelos poderes legislativos do Brasil e da Bolívia. O leilão é amplo e foi estruturado em 9 lotes, com subdivisão do Lote 4. Com a aprovação de hoje, a Aneel encaminhará a minuta do edital ao Tribunal de Contas da União (TCU). A

Corte de Contas avalia nesta semana, inclusive, o processo de acompanhamento do primeiro leilão de transmissão realizado em 2026.

Para o próximo certame, há estimativa de investimentos na ordem de R\$ 8,9 bilhões, com a expansão e reforço da rede básica do Sistema Interligado Nacional (SIN). O certame prevê a implantação de cerca de 1.866 km em linhas de transmissão e capacidade adicional de transformação da ordem de 13.564 megavolt-ampères (MVA).

Em paralelo, está em andamento a discussão sobre eventuais aperfeiçoamentos nas condições de participação. A Aneel decidiu prorrogar por mais 60 dias a determinação para que as áreas técnicas aprofundem a matéria, com fundamentação técnico-regulatória.

COMÉRCIO EXTERNO

Balança: 3ª semana de junho registra superávit de US\$ 3,061 bilhões

MATEUS MAIA/AE

A balança comercial brasileira registrou superávit comercial de US\$ 3,061 bilhões na terceira semana de junho. De acordo com dados da Secretaria de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC) divulgados ontem, o valor foi alcançado com exportações de US\$ 9,320 bilhões e importações de US\$ 6,259 bilhões.

O mês de junho acumula su-

perávit de US\$ 7,636 bilhões, resultante de US\$ 25,604 bilhões em exportações e US\$ 17,968 bilhões em importações.

Até a terceira semana de junho, comparado ao mesmo período do mês de 2025, as exportações cresceram 26%. O desempenho dos setores foi o seguinte: crescimento de 21,9% em Agropecuária, que somou US\$ 5,89 bilhões; crescimento de 70,3% em Indústria Extrativa, que chegou a US\$ 7,47 bilhões e, por fim, crescimento de 10,0%

em Indústria de Transformação, que alcançou US\$ 12,12 bilhões.

Em relação às importações, houve alta de 10,7% na mesma comparação. Houve queda de 0,8% em Agropecuária, que somou US\$ 0,31 bilhões; crescimento de 11,6% em Indústria Extrativa, que chegou a US\$ 0,74 bilhões e, por fim, crescimento de 11,0% em Indústria de Transformação, que alcançou US\$ 16,81 bilhões.

ACUMULADO DO ANO

De janeiro até a terceira se-

mana de junho, o ano acumula superávit de US\$ 40,298 bilhões, um crescimento de 41,6% em relação ao mesmo período de 2025, quando o superávit no período somava US\$ 30,186 bilhões. A projeção do MDIC é de que o superávit da balança comercial seja de US\$ 72,1 bilhões neste ano. O resultado projetado para este ano é decorrente de uma previsão de US\$ 364,2 bilhões em exportações e US\$ 292,1 bilhões em importações.

BYD

'Brigar com o governo nunca é bom', diz Alexandre Baldy

EDUARDO LAGUNA/AE

O vice-presidente sênior da BYD no Brasil, Alexandre Baldy, disse ontem, que "brigar com o governo nunca é bom", após a direção da Anfavea, entidade que representa as montadoras tradicionais, ameaçar ir à Justiça pelo fim de benefícios à importação de automóveis.

"Eu não posso comentar decisão da entidade, uma entidade de 70 anos. Eu quero dizer que brigar com o governo nunca é bom. Então, nós respeitamos o governo, respeitamos o Brasil, cumprimos a nossa parte desse

compromisso com o Brasil, com o brasileiro, investindo, gerando emprego para brasileiros, gerando emprego para os baianos, trazendo investidor estrangeiro", disse Baldy, ao ser questionado sobre as declarações dadas, pela manhã, pelo presidente da Anfavea, Igor Calvet.

As cotas de importação de carros híbridos e elétricos voltaram a gerar atrito entre as partes, dada a possibilidade de a Câmara de Comércio Exterior (Camex) decidir hoje, se autoriza a renovação do benefício. Nesta segunda, em entrevista a jornalistas, Calvet

disse que recebeu a informação, ainda não confirmada pelo governo, de que o Comitê de Alterações Tarifárias (CAT) recomendou a volta das cotas durante a reunião extraordinária, realizada na sexta-feira, que antecede o encontro da Camex.

Apontando risco aos investimentos de R\$ 140 bilhões anunciados pelas montadoras, a direção da Anfavea disse que considerava ir à Justiça em caso de retorno das cotas, que valerem por seis meses até janeiro. O benefício permitiu que a BYD trouxesse, com alíquota zero do imposto de importação, carros par-

cialmente montados da China. A produção é finalizada na fábrica da marca chinesa em Camaçari, na Bahia.

Durante celebração da marca de 300 mil veículos vendidos pela BYD no Brasil, Baldy reiterou que os benefícios para a importação de carros foram pactuados com o governo federal para viabilizar os investimentos em Camaçari. A montadora defende que a isenção é necessária durante a transição até um sistema de produção mais completo, com maior índice de conteúdo nacional.

"A BYD só requisitou ao governo aquilo que foi o compromisso para com a BYD para a realização dos investimentos da nossa fábrica na Bahia", afirmou o vice da montadora chinesa. "Essa cota que foi concedida no ano passado não foi só da BYD, foi uma cota que atendeu a várias empresas que investem no Brasil", acrescentou.

Nota

DURIGAN: VIAGEM À CHINA É PARA MOBILIZAR CAPITAL PARA DESCARBONIZAÇÃO DA ECONOMIA

O ministro da Fazenda, Dario Durigan, afirmou que a missão oficial à China, que ele lidera nesta semana, vem como estratégia para avançar em diálogos sobre a integração financeira entre o Brasil e o país asiático e "mobilizar o capital necessário para a descarbonização" da economia brasileira. "Além de mobilizar o capital necessário para a descarbonização da nossa economia, estamos modernizando nossa relação institucional, como demonstra a criação inédita da nossa adidância tributária em Pequim.

Diário do
Acionista

www.diariodoacionista.com.br

Administração, redação e departamento comercial

Rio de Janeiro

Av. Presidente Vargas, 962, sala 908
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002
Tel.: (21) 99122-4278-Claro

São Paulo

Rua Olímpíadas, 205 - 4º andar
Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000
Tel.: (11) 2655-1899

Administração - Redação

CESAR FIGUEIREDO - Diretor

FELIPE SOARES - Diretor

PAULO DETTMANN - Editor Chefe

HAROLDO PAULINO - Diagramação

PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br

REDAÇÃO: redacao@diariodoacionista.com.br

SERVIÇOS NOTICIOSOS: Agência Estado e Agência Brasil

ANJ ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNALIS



ACESSE NOSSO SITE

2026

Programa de incentivo à indústria terá mais R\$ 140 bi

BRUNO DE FREITAS
MOURA/ABRASIL

A Nova Indústria Brasil (NIB), política do governo federal de incentivo à indústria nacional, vai receber o aporte de mais R\$ 140 bilhões até o fim deste ano. Com o incremento, o programa de apoio do banco à industrialização chegará a R\$ 750 bilhões de investimentos desde 2023.

Do novo conjunto de recursos, R\$ 102,5 bilhões sairão dos cofres do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), banco público vinculado ao governo federal voltado ao fomento de setores estratégicos da economia.

A Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), agência de fomento à inovação, ligada ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), contribuirá com R\$ 37,5 bilhões.

O anúncio do aporte de recursos para o programa foi feito nesta segunda-feira (22), durante cerimônia pelo aniversário de 74 anos do BNDES, na sede da instituição, no Rio de Janeiro.

O evento contou com a participação dos presidentes da República, Luís Inácio Lula da Silva; do BNDES, Aloizio Mercadante; do vice-presidente, Ge-

raldo Alckmin e de ministros.

SETORES ESCOLHIDOS

Os recursos serão destinados às áreas de fertilizantes, máquinas agrícolas, insumos farmacêuticos ativos (IFAs), biofármacos, terapias avançadas, mobilidade sustentável, inteligência artificial, audiovisual, minerais críticos e tecnologias duais (aplicações civis e militares).

Ao se referir ao governo do presidente Lula, Aloizio Mercadante destacou o papel do banco na recuperação da indústria brasileira.

"A indústria teve um saldo extraordinário, nós interrompemos aquela desindustrialização prematura, estamos renovando, relançando a indústria, que é o carro-chefe, voltou a ser o principal setor de financiamento do BNDES. Não era assim, agora é", declarou.

EMPRESÁRIOS

O ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Márcio Elias Rosa, apontou que, embora o BNDES tenha aportado os recursos da NIB, o setor privado acompanhou o investimento.

Segundo ele, o BNDES atua como um catalisador de investimentos privados.

"Das seis missões [objetivos estratégicos] que nós desenhamos na NIB, em quatro delas o setor privado é o que responde pela maior parte dos investimentos", apontou.

Na mesma solenidade, o governo federal lançou o Portal Investe Indústria Brasil. O ambiente virtual tem apoio da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI) e funciona como um canal para empresas dos setores estratégicos registrarem intenções de investimento e os gargalos que impedem a realização.

MINERAIS CRÍTICOS

No evento, o BNDES e a Petrobras anunciaram uma parceria para construir iniciativas de pesquisa, desenvolvimento e inovação relacionadas a minerais críticos e estratégicos, essenciais às cadeias de transição energética e de óleo e gás.

A parceria inclui troca de informações e análises das principais lacunas de capacidade produtiva ou tecnológica.

A presidente da estatal de petróleo, Magda Chambriard, afirmou que a empresa quer "dominar o cenário de tecnologia em minerais críticos".

"O Brasil tem uma posição privilegiada nesse contexto, e a

gente quer participar disso. Queremos no Brasil uma cadeia global de fornecimento. Queremos a Petrobras participando dessa cadeia global", afirmou.

MERCADO DE CARBONO

O BNDES e a Petrobras anunciaram ainda os nomes das três empresas vencedoras do primeiro leilão do ProFloresta+, iniciativa conjunta voltada à compra de créditos de carbono gerados a partir da restauração ecológica de áreas degradadas na Amazônia.

As empresas selecionadas são a Systemica, brCarbon e re.green. A iniciativa deverá mobilizar cerca de R\$ 450 milhões em investimentos, apenas em plantio, gerar 6,3 mil empregos verdes, viabilizar o plantio de mais de 25 milhões de árvores nativas e capturar 5 milhões de toneladas de carbono.

E-BIKES

Ainda na cerimônia de aniversário do BNDES, foi anunciado o financiamento de R\$ 340 milhões para a Tembici, empresa de aluguel de bicicletas, adquirir até 85 mil bicicletas elétricas (e-bikes), que serão alugadas a entregadores de plataforma digitais com custo 25% menor do que o atual.

PETROBRAS

Victor: gás só chega ao mercado com demanda e reequilíbrio de preço

REPRODUÇÃO DO YOUTUBE



DENISE LUNA/AE

O gerente executivo de Programas Estruturantes da presidência da Petrobras, Wagner Victor (foto), afirmou ontem, que a expansão da oferta de gás natural no Brasil depende de demanda e de preço, e que "não há colocação para o gás se não tiver demanda". Segundo ele, não adianta ampliar a produção sem "reequilibrar preço", porque, sem remuneração adequada dos ativos, produtores tendem a reinjetar o gás em vez de colocá-lo no mercado.

Victor afirmou que a Petrobras tem feito esforço para viabilizar esse equilíbrio e citou como exemplo a "Rota 3", gás produzido nos campos do pré-sal à Unidade de Processamento de Gás Natural (UPGN) da estatal no Complexo de Energias Boaventura (ex-Comperj), em Itaboraí, no Rio de Janeiro.

"Na época que eu estava desenvolvendo Búzios 12 (que vai usar a Rota 3), as pessoas queriam reinjetar o gás todo, e eu disse para o Pietro (Mendes), que era presidente do Conselho de Administração da Petrobras na época, que íamos colocar um hub de gás lá", disse Victor durante evento na Fundação Getúlio Vargas (FGV) em comemoração aos

cinco anos da Lei do Gás.

O executivo explicou que a reinjeção não ocorre "por maldade" dos produtores, e que empresas podem optar por esse caminho se o retorno financeiro de trazer o gás natural para a costa não compensar. "Se não tiver retorno, vão reinjetar", afirmou.

Ele apontou mudanças regulatórias positivas ocorridas após a aprovação da Lei do Gás, e disse que hoje existem instrumentos regulatórios "muito mais efetivos". "Mudamos literalmente qualquer questionamento do passado, quando só se produzia gás se reinjetasse. Com Búzios 12 (12ª plataforma do campo de Búzios, no pré-sal da bacia de Santos) e o projeto Sergipe Águas Profundas (Seap), vamos colocar mais 24 milhões de metros cúbicos de gás por dia na nossa malha", informou.

Victor ressaltou ainda, que os estados têm tido papel relevante no desenvolvimento do mercado de gás natural e que a entrada do biometano na matriz energética brasileira deve ser observada para não elevar o preço ao consumidor. "O governo deve contribuir com mecanismos como subsídio, depreciação acelerada e incentivos. Se não tiver preço, não vai ter gás no mercado brasileiro", concluiu.

74 ANOS

Confiança dos técnicos impulsiona bons resultados do BNDES, diz Lula

PEDRO PEDUZZI/ABRASIL

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse, ontem, que os bons resultados obtidos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) se devem, em especial, à retomada da confiança de seus técnicos na atual gestão do banco.

A declaração ocorreu durante cerimônia em comemoração aos 74 anos do BNDES, no Rio de Janeiro, oportunidade em o presidente anunciou reforços de R\$ 140 bilhões em recursos para o programa Nova Indústria Brasil (NIB). Durante o discurso, Lula defendeu que os setores público e privado sigam cumprindo, cada um, seu papel para o desenvolvimento do país.

"O Brasil não pode comportar mais aquele discurso atrasado entre a competência privada e a competência pública. O que é público e funciona tem de continuar público e funcionando. O que é privado e funciona tem de continuar sendo privado e funcionando. O que importa é que os dois produzam."

Em discurso curto, por conta de uma rouquidão na voz, Lula atribuiu os bons resultados que

vêm sendo observados em termos de financiamento a setores estratégicos - em especial os voltados a indústria, transição energética e sustentabilidade - à confiança que a atual gestão do banco tem junto a seu quadro de funcionários.

Dirigindo-se ao presidente do BNDES, Aloizio Mercadante, Lula disse que os atuais gestores do banco merecem respeito porque conseguiram ganhar a confiança de seus funcionários.

"Vocês conseguiram fazer com que os funcionários tenham confiança na direção, e não medo. Porque a direção é passageira, e eles são [quadro] efetivo. Eles sabem que presidente [do BNDES] tem mandato e que eles podem ficar com vários presidentes", disse Lula.

"Se eles não tiverem confiança na direção ou no que o governo está deliberando, um projeto que cai na mão de um técnico demora, em vez de uma semana, vários meses ou um ano. E não é aprovado", acrescentou.

Governo abre crédito suplementar de R\$ 20,5 bi para reforçar Orçamento.

O Ministério do Planejamento e Orçamento abriu crédito suplementar de R\$ 20,5 bilhões no Or-

çamento Fiscal da União para reforçar dotações de diversos órgãos do Poder Executivo federal. A medida consta da Portaria GM/MPO nº 246/2026, publicada ontem.

Do total autorizado, a maior parte - R\$ 20 bilhões - será destinada ao financiamento de operações de crédito no âmbito do programa Minha Casa, Minha Vida. Os recursos têm como objetivo ampliar o atendimento habitacional no país.

De acordo com o texto, o crédito suplementar será viabilizado principalmente pela incorporação de superávit financeiro apurado no balanço patrimonial de 2025, que soma R\$ 20 bilhões. Esse montante é proveniente da capitalização e das destinações do Fundo Social. Outros R\$ 503,3 milhões virão da anulação de dotações orçamentárias previamente previstas.

RECURSOS

Além do reforço ao programa habitacional, o crédito contempla diferentes áreas da administração pública, como:

- R\$ 205,6 milhões para o Fundo Penitenciário Nacional, voltados à administração do sistema e transferências para aprimoramento do sistema prisional;
- R\$ 56,3 milhões para o Ministério da Agricultura e Pecuária, com foco no fomento ao setor agropecuário;
- R\$ 45 milhões para o Banco Central, destinados à formulação da política monetária e supervisão do sistema financeiro;
- R\$ 40 milhões para a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, para ações de recuperação de créditos e representação judicial;
- R\$ 7 milhões para o Fundo Nacional de Segurança Pública, voltados a políticas de prevenção e enfrentamento à criminalidade.

Outros órgãos também receberam valores menores, incluindo a Presidência da República, alguns ministérios e autarquias. Para viabilizar parte do crédito, o governo cancelou dotações em diferentes áreas.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

O Conselho Fiscal da Sambúrbio - Liga dos Blocos de Rua do Subúrbio, CNPJ nº 11.623.227/0001-00, juntamente com 1/5 dos associados habilitados, nos termos do art. 18 do Estatuto, convoca os associados para Assembleia Geral Extraordinária a realizar-se no Bar e Mercearia Alijoense de Quintino ("Bar do Mazinho"), Rua Bernardo Guimarães, 104, esquina com Rua Lucinda Barbosa, Rio de Janeiro-RJ, em 05/07/2026, às 18h, em primeira convocação, e às 18h30, em segunda convocação, para deliberar sobre: 1. Atualização da relação de associados aptos a votar; 2. Destituição da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal e eleição dos substitutos para mandato de 05/07/2026 a 06/08/2028; 3. Exclusão da associada Sebastiana Elisa da Silva Santos, nos termos dos arts. 13, "b", e 31 do Estatuto, assegurados o contraditório e a ampla defesa. Conselho Fiscal

MRS LOGÍSTICA S.A.

CNPJ nº 01.417.222/0001-77 - NIRE nº 33.300.163.565
Companhia Aberta - Registro CVM nº 01794-9
Resumo Ata da Reunião do Conselho de Administração realizada em 28 de Maio de 2026: Foi realizada Reunião do Conselho de Administração da MRS Logística S.A. ("Companhia") no dia 28/05/2026 às 12h, na sede da Companhia, com a presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração, na qual foi deliberada e aprovada, por unanimidade dos votos proferidos: (1) Eleição de membro do Comitê Financeiro da Companhia. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente deu por encerrada a reunião, da qual foi lavrada a presente ata sob a forma de sumário, que, lida e aprovada, foi assinada pelos membros do Conselho de Administração e pela Secretária. Assinatura: Luis Fernando Barbosa Martinez, Presidente; Joana Bentes Meyer, Secretária; Fernando Lopes Alcântara, João Mario Lourenço Filho, Luis Fernando Barbosa Martinez, Miguel Angel Homes Camejo, Patricia Silva Rodrigues Scheel, Pedro Barros Mercadante Oliva, Raphael Marins Martins, Luiz Gustavo Reche e Rafael Domeios Japur. AVISO: O presente resumo é feito nos termos da Lei nº 6.404/76, art. 289, inciso I e não deve ser considerado isoladamente para a tomada de decisão. A íntegra da ata de Reunião do Conselho de Administração da Companhia está disponível no endereço eletrônico do jornal Diário do Acionista (diariodoacionista.com.br) e divulgada no site da CVM (https://www.gov.br/cvm/pt-br) e da Companhia (https://ni.mrs.com.br/). JUCERJ/IA Protocolo: 2026/00673346-5 Data do protocolo: 15/06/2026. Certificado de Arquivamento em 19/06/2026 sob o número 00007848258

NUVOLOGIS GALPÕES S.A. | CNPJ nº 61.480.488/0001-96

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL DE CONSTITUIÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DO CY LOG BARRA II
A Nuvologis Galpões S.A., sociedade anônima fechada, inscrita no CNPJ sob o nº 61.480.488/0001-96, com sede na Avenida das Américas, nº 12.900, BLC 2 SAL 303B, Bairro Barra da Tijuca, Rio de Janeiro/RJ, CEP 22.790-702, por seus representantes legais Bruno Ackermann e Gustavo Rassi de Andrade Vaz, convoca através do presente Edital, todos os interessados da constituição da Associação do Cy Log Barra II a realizarem-se aos 03 dias do mês de julho de 2026, às 09:00 horas, para reunirem-se no município do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Salvador Allende, nº 3505, Lote 01, PAL 49504, Barra Olímpica, CEP 22783-109, com a finalidade de discutirem e deliberarem sobre análise e aprovação do Estatuto Social, Eleição da Diretoria e Aprovação da Constituição da Associação. Rio de Janeiro/RJ, 22 de junho de 2026. Representantes Bruno Ackermann e Gustavo Rassi de Andrade Vaz, Nuvologis Galpões S.A.

SECRETARIA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE

INSTITUTO NACIONAL DE CARDIOLOGIA
MINISTÉRIO DA SAÚDE
GOVERNO DO BRASIL
DO LADO DO POVO BRASILEIRO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.107/2025
A Pregoeira Roberta de Farias Barreto Domingos Paula convida as empresas interessadas em participarem do Pregão Eletrônico nº. 90.107/2025 no dia 03/07/2026 às 09h30min. - Objeto: O presente Termo refere-se à aquisição de solução integrada de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) para implantação e sustentação de infraestrutura de Datacenter On-Premise, contemplando o fornecimento de bens e a prestação de serviços associados ao seu ciclo de vida, incluindo: entrega, instalação física e lógica, configuração, integração, testes, operação assistida e transferência de conhecimento (Servidor Rack Tipo 1U, Switch L3 com 48 Portas, Infraestrutura de Armazenamento de Dados e etc). Processo nº. 33409.007123/2025-02. O Pregão será realizado no site https://www.gov.br/compras/pt-br, onde o Edital está à disposição dos interessados.

REQUERIMENTO DE LICENÇA

Companhia Hotéis Palace - CNPJ nº 33.374.984/0001-20, toma público que requereu à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Licenciamento - SMDU, através do processo nº 000230.000458/2026-01, Licença Ambiental Municipal para Operação de Lavanderia, Estação de Tratamento de Águas para reuso na própria edificação e Geradores, situado na Avenida Nossa Senhora de Copacabana nº 291 - Copacabana/RJ.

TABA 2 EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA.

CNPJ nº 45.135.442/0001-83 NIRE Nº 33.2.1180598-7
3ª ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL de 22/06/2026, em sua sede situada na Avenida Lucio Costa, nº 5100, apto. 201, bloco 1, Barra da Tijuca, CEP 22.630-012, Rodrigo Medina, na qualidade de único sócio, DELIBERA reduzir o capital social da empresa, conf. Art. 1082, inciso II do CC, obedecida as disposições legais pertinentes, de R\$ 3.661.000,00 (três milhões e seiscentos e sessenta e um mil reais), dividido em R\$ 3.661.000,00 (três milhões e seiscentos e sessenta e um mil) quotas, de valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma para R\$ 261.000,00 (duzentos e sessenta e um mil reais), dividido em 261.000,00 (duzentos e sessenta e um mil) quotas, de valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalmente integralizadas. Rio de Janeiro/RJ, 22 de junho de 2026.

SECRETARIA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE
INSTITUTO NACIONAL DE CARDIOLOGIA

MINISTÉRIO DA SAÚDE

GOVERNO DO BRASIL
DO LADO DO POVO BRASILEIRO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.070/2026

O Pregoeiro Andre Luiz Borges de Castro convida as empresas interessadas em participarem do Pregão Eletrônico nº. 90.070/2026 no dia 03/07/2026 às 14h00min. - Objeto: Aquisição de Materiais Hospitalares - Hemodinâmica A - Insumos (conjunto para procedimentos hemodinâmicos com manifold de 5 vias, extensor de equipo, seringa descartável de alta pressão para bomba injetora de contraste e soro fisiológico entre outros). Processo nº. 33409.006539/2025-30. O Pregão será realizado no site https://www.gov.br/compras/pt-br, onde o Edital está à disposição dos interessados.

CEFET/RJ

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

GOVERNO DO BRASIL
DO LADO DO POVO BRASILEIRO

CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA - CEFET/RJ

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 90.013/2026 - UASG 153010

OBJETO: contratação de empresa especializada em serviço continuado de seguro veicular, visando atender às necessidades do Cefet/RJ, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no edital e seus anexos. NÚMERO DO PROCESSO: 23063.002293/2025-97. TOTAL DE ITENS LICITADOS: 26 (vinte e seis). EDITAL: 23/6/2026, das 8h às 17h59. Endereço: Av. Maracanã, nº 229, Maracanã - Rio de Janeiro/RJ ou https://www.gov.br/compras/edital/153010-5-90013-2026. ENTREGA DAS PROPOSTAS: a partir de 23/6/2026, às 8h no site www.gov.br/compras. ABERTURA DAS PROPOSTAS: 8/7/2026, às 10h, no site www.gov.br/compras. INFORMAÇÕES GERAIS: em caso de divergência entre as especificações oriundas do código CATMAT/CATSER (constantes no portal de compras governamentais e na nota de empenho pela não possibilidade de edição das informações) e do edital e seus anexos, este último sempre prevalecerá. Portanto, o fornecedor estará vinculado à sua proposta, que por sua vez deverá atender aos critérios técnicos e de especificação estabelecidos no edital, termo de referência e demais anexos. Rio de Janeiro, 23 de junho de 2026. Márcio Oliveras Giangrande - Pregoeiro.

MORUMBI

Confusão em sala de cinema tem uso de spray de pimenta

EDERSON HISING/AE

Uma confusão entre espectadores dentro de uma sala de cinema do Shopping Market Place, na zona sul de São Paulo, provocou tensão e correria na noite de domingo passado. Relatos indicam que um casal e um homem discutiram, sendo que um dos envolvidos chegou a usar spray de pimenta.

Pelas redes sociais, uma testemunha disse que um homem supostamente armado teve atitude racista e usou o spray durante uma discussão com um casal. Na sequência, o homem fugiu do local. Outra testemunha disse ter sido desesperador as pessoas correndo para sair do shopping. Algumas lojas teriam fechado durante o tumulto.

A Polícia Militar (PM) foi acionada pela equipe do Cinemark, mas ninguém foi detido. Também não houve registro de feridos. Segundo informa-

ções da Secretaria de Segurança Pública de São Paulo (SSP), um casal teria se desentendido e deixado o local antes da chegada da PM. Até a tarde desta segunda-feira, ninguém havia registrado boletim de ocorrência, conforme a Polícia Civil.

Procurada pelo Estadão, a assessoria de imprensa do Shopping Market Place confirmou a confusão entre clientes dentro do cinema e que algumas pessoas se assustaram durante a dispersão. O cinema seguiu funcionando após o fim do tumulto.

Em nota, o Cinemark afirmou que a confusão aconteceu por volta das 20h. "Nossa equipe de plantão interveio imediatamente para garantir a segurança dos clientes, que receberam todo o suporte e assistência necessários. A polícia foi chamada e esteve no local para averiguação do fato que terminou sem maiores ocorrências", explicou.

ESTADO-MAIOR

OAB pede transferência de Deolane de presídio para sala especial

FAUSTO MACEDO E FELIPE DE PAULA/AE

A Ordem dos Advogados do Brasil Seção São Paulo (OAB-SP), em conjunto com o Conselho Federal da Ordem, pediu ingresso em um habeas corpus para que a influenciadora e advogada Deolane Bezerra, denunciada por organização criminosa e lavagem de dinheiro ligada à cúpula do PCC na Operação Vêrnix, seja removida do Complexo Penal de Tupi Paulista, para uma Sala de Estado-Maior.

A Sala de Estado-Maior é um espaço instalado em unidade das Forças Armadas ou em forças auxiliares, como Polícia Militar e Corpo de Bombeiros. Não é uma cela comum de presídio, mas um ambiente de caráter administrativo, sem características de encarceramento. O local oferece

cama, banheiro privativo, iluminação natural, ventilação adequada ou ar-condicionado e espaço para descanso.

A OAB sustenta que, por ser advogada, Deolane tem direito à custódia preventiva nesse tipo de ambiente até o trânsito em julgado da ação, ou seja, até que o processo encerre e não haja mais espaço para recursos.

A CADEIA DE DEOLANE

Deolane está presa desde 21 de maio e se tornou ré na última semana. O juiz Deyvison Heberth dos Reis, da 3ª Vara Criminal de Presidente Venceslau, recebeu a denúncia contra a influenciadora, o líder do PCC Marco Williams Herbas Camacho, o "Marcola", três familiares dele e um suposto operador financeiro do grupo investigado. Todos passam a responder por lavagem de dinheiro e organização criminosa.

NOVA SEDE

Prefeitura cede à PF terreno para construção de complexo

FAUSTO MACEDO E FELIPE DE PAULA/AE

A Prefeitura cedeu à Polícia Federal um terreno municipal de 5,5 mil metros quadrados para instalação do futuro Complexo da Superintendência Regional da PF em São Paulo, ao lado da atual sede, no bairro da Lapa, zona Oeste da capital. A PF em São Paulo concentra 35% de todo o movimento e serviços da corporação no País.

A área cedida vai abrigar uma construção de 10 mil metros quadrados onde serão alojados a Polícia Administrativa, os laboratórios da perícia criminal federal, papiloscopia e identificação humana, o centro de treinamento e capacitação de agentes; unidades de apoio operacional e também espaços de convivência e suporte aos servidores.

O Termo de Concessão Administrativa de Uso, a título gratuito, foi assinado ontem, pelo superintendente da PF, delegado Rodrigo Sanfurgo, e pelo prefeito Ricardo Nunes (MDB). "A meta da Polícia Federal é ampliar sua capacidade para permitir cada vez mais um atendimento rápido ao cidadão", disse o delegado Rodrigo Sanfurgo, chefe da PF em São Paulo. Ele detalhou que apenas o setor de imigração faz mil atendimentos por dia - cerca de 2,5 mil passaportes são expedidos diariamente.

"Estamos entregando as condições para que a Polícia Federal amplie sua capacidade de atuação em São Paulo", declarou o prefeito Ricardo Nunes. "Isso significa mais estrutura, mais eficiência e melhores serviços prestados ao cidadão."

Na avaliação de Nunes, a PF 'presta um serviço fundamental para o país e para a população'. Ele citou como exemplo as in-



REPRODUÇÃO

vestigações sobre as fraudes bilionárias do caso Master, que envolve políticos e gestores públicos. Durante a cerimônia, Sanfurgo e Nunes conversaram sobre o Smart Sampa - programa de segurança instalado pelo emedebista na cidade.

A área objeto da concessão é composta por três imóveis contíguos à atual sede da PF, totalizando 5.504,67 m². A construção do anexo ainda será licitada.

Os imóveis foram desapropriados pela Prefeitura, mediante pagamento de indenização. A administração realizou intervenções voltadas à preparação e qualificação da área, incluindo serviços de adequação do terreno, implantação de infraestrutura de apoio e melhorias necessárias à sua ocupação e utilização pela PF.

Desde dezembro de 2024, a área vem sendo utilizada pela PF por meio de Termo de Permissão de Uso, atendendo ne-

cessidades operacionais imediatas da instituição.

A Lei Municipal nº 18.282, de 1º de julho de 2025, autorizou a concessão administrativa de uso da área à União, pelo prazo de 40 anos, sem ônus, com a finalidade de viabilizar a ampliação das instalações da corporação e a construção do futuro Complexo.

Segundo a PF, a assinatura do termo representa etapa fundamental para o desenvolvimento do empreendimento e para o início das próximas fases de planejamento e implantação do complexo.

Paralelamente à formalização da concessão, a PF concluiu o Programa de Necessidades do empreendimento, documento que estabelece as diretrizes de ocupação da área e a destinação dos novos espaços.

O projeto conceitual contempla a construção de um novo edifício com 10.158 m² de área construída, distribuídos entre

terreço e sete pavimentos. "A nova estrutura permitirá ampliar a capacidade instalada da Polícia Federal em São Paulo, concentrando serviços estratégicos e proporcionando melhores condições para o atendimento à sociedade e para o desempenho das atividades institucionais", destacou Rodrigo Sanfurgo.

Para o superintendente da PF, a concessão da área representa 'importante marco da cooperação institucional entre a Prefeitura de São Paulo e a Polícia Federal'. Sanfurgo pontua que o novo prédio irá viabilizar, além da expansão das instalações, a implantação de um complexo moderno e adequado às demandas atuais e futuras da segurança pública, com reflexos positivos na capacidade operacional da Polícia Federal, na qualidade do atendimento prestado ao cidadão e na eficiência dos serviços públicos oferecidos à sociedade.

JULGAMENTO

Defesa abandona tribunal e juiz cancela júri do caso Gritzbach

MARCELO GODOY E ÍTALO LO RE/AE

O julgamento dos três policiais militares acusados de matar o empresário Antonio Vinicius Gritzbach, de 35 anos, e o motorista de aplicativo Celso Araújo Sampaio de Novais, de 41 anos, foi cancelado às 19 horas de ontem, por decisão do juiz Rodrigo Tellini de Aguirre Camargo, da Vara do Júri de Guarulhos, depois de a defesa dos réus abandonar o plenário.

A decisão causou revolta nos familiares das vítimas do crime. "Pra que isso? Só eu sei a luta que estou tendo nesse caso. Eu tenho três filhos, meu filho de 15 anos está doente. Só eu sei o que eu estou passando", afirmou a agente de saúde Simone Dionízio Fernandes Novais, viúva do motorista de aplicativo. Celso deixou a viúva e três filhos, hoje com 22, 15 e 5 anos.

A defesa dos réus decidiu abandonar o plenário do júri depois de 11 horas de julgamento marcado por discussões com a promotoria em torno dos depoimentos das testemunhas de acusação. Tudo começou quando o perito Leandro Lopes estava apresentando seu depoimento. Os defensores questionaram o fato de o promotor ter conversado com o perito para esclarecer dúvidas há 15 dias. "Eu conversei com policial; não conversei com bandidos", respondeu o promotor Rodrigo Merli. A resposta despertou o primeiro ataque de fúria dos advogados, que alegaram que estavam sendo desrespeitados e ameaçaram no meio da tarde a deixar o tribunal caso novo episódio acontecesse. E ele veio por volta das 19 horas. "Ele começou a atacar a advogada e nós reagimos", afirmou a crimina-

lista Claudio Dalledone Júnior.

Após o novo confronto entre a defesa e acusação, um dos advogados entrou em uma sala com o juiz, que questionou a defesa sobre qual era a decisão dos advogados. Ao término do encontro, o magistrado saiu da sala e anunciou: "Por conta da posição da defesa, fica prejudicado o trabalho que começaria hoje. Irei designar uma nova data".

Em nota, o Tribunal de Justiça informou. "Houve abandono do plenário parte da defesa dos réus após desentendimento com o promotor, e, por isso, dissolução do conselho de sentença. O júri será redesignado para data oportuna." Ou seja, com o cancelamento, uma nova data para o julgamento será marcada.

Para o promotor, os defensores queriam arrumar um pretexto qualquer para cancelar o júri. "Parece que desde o começo a ideia era essa", afirmou. Segundo ele, o motivo disso foi o fato de a acusação se ter preparado para derrubar todas as teses que a defesa pensava usar para criar dúvidas entre os jurados.

Mas as testemunhas da acusação teriam sido firmes em demonstrar que os réus cometeram o crime. "Quando os advogados viram que tudo ruiu, fizeram isso (a desistência)". Para ele, tudo o que aconteceu no plenário "foi causado" pelo que ele chamou de "advocacia Tiktok". Ou seja, por uma defesa mais interessada em lacrar do que em discutir as provas do processo. "Mais uma vez, correram do plenário."

Os réus - o soldado Ruan Silva Rodrigues e o cabo Denis Antônio Martins, apontados como os atiradores, e o tenente Fernando Ge-

nauro da Silva, acusado de conduzir a dupla de carro até o local dos crimes, o Aeroporto Internacional de Guarulhos - permanecerão presos. A defesa pretende entrar com novo habeas corpus para soltá-los.

CENA DO CRIME

Denis Antônio Martins e Ruan Silva Rodrigues são denunciados pelos homicídios consumados qualificados de Gritzbach e Novais, e também pelas tentativas de homicídio de Willian Souza Santos e Samara Lima de Oliveira, que sobreviveram após o ataque.

Seriam eles os dois homens encapuzados que avançaram sobre Gritzbach naquela tarde de sexta, em cena que chocou o País. Imagens de câmeras de segurança mostram o terminal 2, um dos mais movimentados do País, tomado por correria com os dispaos. Conforme sentença de pronúncia, o tenente Fernando Ge-nauro da Silva teria recebido a tarefa de conduzir um Volkswagen Gol preto até o local e propiciar a fuga aos atiradores após o crime.

MOTIVAÇÃO

Assinada pelo juiz Rodrigo Tellini de Aguirre Camargo, da Vara do Júri de Guarulhos, a sentença de pronúncia aponta que Gritzbach, que atuava no ramo imobiliário, foi agregado por membros do PCC para atuar como gestor financeiro, adquirindo imóveis em nome de "laranjas" (terceiros normalmente sem rastros criminais) e investindo o dinheiro do tráfico de drogas em criptoativos.

Segundo as investigações, o problema começou quando membros da facção, os chamados "irmãos", passaram a questionar a ausência de liquidez das cripto-

moedas e a desconfiar que Gritzbach desviava grande parte do dinheiro em proveito próprio.

Como mostrou o Estadão, Gritzbach teria contratado Noé Alves Schaum para matar Anselmo Bechelli Santa Fausta, o Cara Preta, e Antonio Corona Neto, o Sem Sangue, segurança do traficante. O crime aconteceu em 27 de dezembro de 2021.

Conforme as investigações, Schaum foi capturado pelo PCC em janeiro de 2022, julgado pelo "tribunal do crime" (espécie de Justiça paralela do crime organizado) e esquartejado. Apesar de poupado em um primeiro momento, Gritzbach também entrou na mira da facção, e buscou recursos para se proteger.

VIÚVA

A viúva do motorista de aplicativo Celso Araújo Sampaio de Novais, assassinado durante a execução de Gritzbach, depôs ontem no Fórum Criminal de Guarulhos. Ouvida como testemunha de acusação durante o julgamento do caso, ela relatou as dificuldades, inclusive financeiras, que enfrenta desde a morte do marido.

"Ele me ajudava a pagar o aluguel. Ele era muito provedor. Antes eu não tinha essa preocupação, mas, hoje, tenho dificuldades para pagar o aluguel e até os óculos do meu filho", contou ela, que teve seu nome preservado durante o depoimento à Justiça.

No dia 8 de novembro de 2024, seu marido passava pelo Aeroporto Internacional de Guarulhos no momento em que homens encapuzados desceram de um carro e passaram a fazer disparos contra Gritzbach, que foi assassinado no local.

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO
CNPJ/ME nº 41.811.375/0001-19 - NIRE 353.0057653-5

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 1ª (PRIMEIRA) E 2ª (SEGUNDA) SÉRIES DA 12ª EMISSÃO DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

Ficam convocados os titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários Da 1ª (Primeira) e 2ª (Segunda) Séries Da 12ª Emissão Da CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO, sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Faria Lima, 1234, conjuntos 41, 42, 43 e 44, São Paulo/SP, CEP 01451-001, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/ME") sob o nº 41.811.375/0001-19, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Titulares dos CRI", "CRI", "Emissão" e "Securitizadora" ou "Emissora", respectivamente), em consonância com o Termo De Securitização De Créditos Imobiliários Da 1ª E 2ª Séries Da 12ª Emissão De Certificados De Recebíveis Imobiliários Da Canal Companhia De Securitização. ("Termo De Securitização"), nos termos da Resolução nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), em 1ª (primeira) convocação, a realizar-se no dia 13 de julho de 2026, às 15 horas, de modo exclusivamente digital, inclusive para fins de contabilização de votos, sem a possibilidade de participação presencial. A Assembleia Especial será realizada por meio de videoconferência na plataforma digital Microsoft Teams, cujo acesso será liberado de forma individual após devida habilitação dos Titulares dos CRI, conforme previsto neste edital. A Assembleia Especial será instalada a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (I) Conceder, ou não, um waiver para afetar a hipótese de configuração do Evento de Vencimento Antecipado descrito na Cláusula 11.1.1, subitem (viii) da Escritura de Emissão de Debêntures, em razão das decisões desfavoráveis, em primeira instância, nos autos nº (I) 5000898-86.2023.4.04.7205 e 5006847-09.2023.4.04.7200; (II) 5109263-95.2022.8.24.0023; e (III) 5010469-93.2022.8.24.0005; (II) Aprovar alteração da Cláusula 10.5 do "Instrumento Particular De Escritura Da 8ª (Oitava) Emissão De Debêntures Simples, Não Conversíveis Em Ações, Da Espécie Com Garantia Real, Com Garantia Fidejussória Adicional, Em 2 (Duas) Séries, Para Colocação Privada, Da Rtdr Participações S.A." ("Escritura De Debêntures") de modo a prever o novo prazo mínimo de antecedência para realização dos eventos extraordinários, passando a cláusula a vigorar com a seguinte redação: "10.5. O Resgate Antecipado Facultativo Total, o Resgate Obrigatório Total, a Amortização Extraordinária Obrigatória Parcial das Debêntures ou a Amortização Extraordinária Facultativa Parcial, conforme o caso, somente será realizado mediante envio de comunicação individual à Debeturista, com cópia para o Agente Fiduciário dos CRI, com 5 (cinco) dias úteis de antecedência da data em que se pretende realizar o efetivo Resgate Antecipado Facultativo Total, o Resgate Obrigatório Total ("Comunicação de Resgate"), a Amortização Extraordinária Obrigatória Parcial das Debêntures ("Comunicação de Amortização Extraordinária Obrigatória") ou a Amortização Extraordinária Facultativa Parcial, sendo que, da referida comunicação, deverá constar: (a) a data de realização do Resgate Antecipado Facultativo Total, do Resgate Obrigatório Total, da Amortização Extraordinária Obrigatória Parcial ou da Amortização Extraordinária Facultativa Parcial; (b) o valor a ser pago à Debeturista a título de Resgate Antecipado Facultativo Total, Resgate Obrigatório Total, Amortização Extraordinária Obrigatória Parcial ou a Amortização Extraordinária Facultativa Parcial, conforme o caso, o qual deverá ser calculado nos termos da Cláusula 10.7; e (c) quaisquer outras informações necessárias à operacionalização do Resgate Antecipado Facultativo Total, do Resgate Obrigatório Total, da Amortização Extraordinária Obrigatória Parcial ou da Amortização Extraordinária Facultativa Parcial." (III) Aprovar alteração da Cláusula 10.1 da Escritura de Debêntures para que sua redação passe a vigorar conforme abaixo: "10.1. A Emissora poderá, após 24 (vinte e quatro) meses, inclusive, a contar da data de emissão dos CRI, ou seja, a partir de 20 de outubro de 2024, a seu exclusivo critério, realizar o resgate antecipado facultativo total das Debêntures ("Resgate Antecipado Facultativo Total"), com o consequente resgate antecipado dos CRI nos termos do Termo de Securitização." (IV) Autorizar a Emissora e o Agente Fiduciário a praticarem todos os atos necessários, bem como celebrem todos os documentos essenciais à efetivação da deliberação. Instruções Gerais: A Assembleia Especial será realizada de modo exclusivamente digital, de modo que solicitamos que os documentos de representação sejam enviados preferencialmente em até 2 (dois) dias úteis antes da data de realização da Assembleia Especial para o e-mail assembleias@oliveiratrust.com.br com cópia para o e-mail juridico@canalsecuritizadora.com.br, indicando no assunto "Documentos para Assembleia Especial - CRI EMBRAED 12", observando o disposto na Resolução CVM 60, e o conforme documentação abaixo: a. quando pessoa física: cópia digitalizada de identidade com foto; b. quando pessoa jurídica: (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e d. quando representado por procurador: caso quaisquer dos Titulares dos CRI indicados nos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a procuração com os poderes específicos de representação na Assembleia Especial. Encontram-se à disposição dos Srs. Titulares dos CRI, nas páginas da Securitizadora (<https://www.canalsecuritizadora.com.br>) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br - Sistema Fundos.NET), bem como na sede da Securitizadora, os documentos necessários para deliberação da ordem do dia, bem como as informações acerca do envio dos documentos comprobatórios de representação e demais instruções e formulários referentes ao sistema e formato da Assembleia Especial de Investidores. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão significados a eles atribuídos no Termo de Securitização e nos demais Documentos da Operação (conforme definido no Termo de Securitização). São Paulo, 23 de junho de 2026.

Alcjandro Pontes de Bessa Merino Reyna - Diretor de Securitização

PROPAG

Novo acordo com a União reduz dívida do estado do RJ

BRUNO DE FREITAS MOURA/ABRASIL

O estado do Rio de Janeiro oficializou, ontem, a adesão ao Programa de Pleno Pagamento de Dívidas dos Estados (Propag), nome oficial do programa federal de refinanciamento de dívida dos estados.

A adesão representa redução de R\$ 40 bilhões na dívida do estado, passando de R\$ 210,6 bilhões para R\$ 168,5 bilhões. De acordo com o governo fluminense, a partir de julho, a parcela mensal passará de R\$ 436 milhões para R\$ 119 milhões.

Uma cerimônia no Palácio Guanabara, sede do governo estadual, marcou a entrada do estado no Propag. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o governador em exercício, Ricardo Couto, participaram do ato.

ALÍVIO PARA ESTADOS

O Propag foi elaborado como



forma de alívio financeiro para os estados endividados, fazendo com que a União continue recebendo a amortização da dívida. Para aderir, os estados precisam seguir condicionantes, como garantir investimento em áreas como saúde e educação.

O programa permite a redução das parcelas mensais, diminuição do saldo devedor e alongamento do prazo para pagamento. O Propag substitui o antigo Regime de Recuperação Fiscal, que impunha restrições orçamentárias mais rígidas às unidades federativas.

No caso do Rio de Janeiro, a nova dívida será corrigida pela inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), com juro de 0%. No regime anterior, o saldo devedor era indexado a uma taxa de IPCA + 4% ao ano. O prazo final de pagamento passou de 2052 para 2056.

"ACORDO CIVILIZATÓRIO"

O presidente Lula chamou o novo programa de refinanciamento de "acordo civilizatório" e comentou que a renegociação de dívidas cria condições para a União receber os recursos e ofe-

rece oportunidade ao estado para investir em políticas públicas estratégicas.

Para ele, o dinheiro que "sobrar" com a redução das parcelas não pode entrar "no ralo comum das coisas improdutivas".

"O que é importante é que vai sobrar mais dinheiro para o governador administrar o Rio de Janeiro. E esse dinheiro, uma parte dele tem que ser alocada em políticas sociais, de preferência em duas áreas que são cruciais: saúde e educação", acrescentou.

O governador em exercício do Rio afirmou que a entrada no Propag permitirá ao estado equilibrar as finanças e "cumprir a sua função de prestar atividades essenciais à população".

"Este ano, com a assinatura do Propag, o Rio de Janeiro assume o compromisso de destinar, no mínimo, mais R\$ 900 milhões para a área social e, no ano que vem, investir mais R\$ 2,2 bilhões", disse.

RODOVIA

Lula inaugura hoje obra na Serra das Araras na via Dutra

CAMILA BOEHM/ABRASIL

O presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, inaugura hoje, a primeira etapa das obras da Nova Serra das Araras, na Rodovia Presidente Dutra (BR-116), altura do município de Paracambi, no Rio de Janeiro. Além de ampliar a segurança e a capacidade viária, o empreendimento incorpora ações de sustentabilidade ambiental e social.

Um dos exemplos de práticas sustentáveis, no âmbito da engenharia pesada, é a instalação de uma central de britagem dentro do próprio canteiro de obras. A estrutura permite o reaproveitamento dos fragmentos de rochas gerados nas escavações e detonações para a produção de materiais utilizados na construção da própria rodovia, evitando a geração de resíduos e a necessidade de extração de matéria-prima em outras áreas.

"Fazemos a detonação, transportamos esse material, ele fica segregado e [depois] vai para o britador. Temos um sistema de britagem completo, é como se fosse uma pedreira mesmo, em menor escala, mas daqui conseguimos produzir todo tipo de material", explicou o engenheiro civil Thiago Pinho Batista, gerente de Engenharia de Obras da Motiva Rodovias.

Os fragmentos de rocha são transportados para a central, onde passam por diferentes etapas de britagem e peneiramento até atingir as características necessárias para a produção dos diversos insumos utilizados na obra, como concreto, asfalto, estruturas de drenagens e tubos. No caso do projeto na Serra das Araras, obra executada pela Motiva, por meio da concessionária RioSP, o reaproveitamento dos resíduos é integral.

Segundo Thiago, a central de britagem gera um reaproveitamento circular de um material nobre - a rocha -, com vantagens em duas frentes principais.

"Primeiro, se eu não reaproveitasse esse material, eu teria que dispor dele numa área de DME (Depósito de Material Excedente), ou seja, jogar fora", observou.

"Além disso, se eu não produzisse os insumos para incorporar na obra, eu teria que comprar, o que significaria uma área degradada em outro ambiente para a exploração comercial desse material, além de um custo a mais. Então é um ganho enorme econômico, social e ambiental para o projeto", completou Thiago.

NOVO PAC

As obras da Nova Serra das Araras integram o Programa de Aceleração do Crescimento (Novo PAC). Com investimento de R\$1,5 bilhão do governo federal e executado pela Motiva, o projeto prevê oito faixas de rolamento, quatro em cada sentido, acostamentos, 24 novos viadutos, duas rampas de escape e três passarelas.

Com a obra, que já alcançou 70% de execução, a previsão é que o tráfego tenha maior fluidez em uma região que recebe cerca de 390 mil veículos por mês, dos quais 36% são de carga.

A velocidade será de 80 km/h, que deve permitir tam-

bém a redução de 25% do tempo no percurso da subida - sentido São Paulo - e 50% na descida - sentido Rio de Janeiro.

Com a entrega da primeira etapa da obra, serão liberados quatro quilômetros da pista de subida iluminada, no sentido São Paulo, com oito viadutos, quatro faixas de rolamento com acostamento e 14 estruturas de contenção, o que visa à ampliação da segurança dos motoristas que trafegam pela rodovia.

PRESERVAÇÃO

A obra conta ainda com medidas de preservação da biodiversidade, como o resgate de fauna e flora. Equipes especializadas monitoram a presença de animais e ninhos na área de intervenção da obra, inclusive de melissofauna - abelhas. O objetivo é verificar suas condições físicas para um possível auxílio no afugentamento para evitar acidentes.

"O programa de resgate de fauna é o que a gente faz diariamente, então todas as frentes de obra, canteiros, frente de supressão, sempre vai ter uma equipe observando se tem algum animal no entorno, se tem algum animal machucado que precise ser removido ou atendido", explicou Fernanda Ferreira Galdeno Stein, especialista de Meio Ambiente da Motiva Rodovias.

Quando algum animal ferido é encontrado, ele é atendido por um veterinário em campo ou levado a uma clínica especializada. Desde o início da obra, foram afugentados cerca de 400 animais e realizados nove atendimentos veterinários. Depois de tratados e recuperados, os animais são levados até a vegetação do entorno, onde são soltos.

"Ninhos, por exemplo, se tem alguma árvore que a equipe identifica um ninho, aquela árvore não pode ser derrubada. Então é feito o cercamento, identificam aquela árvore e esperam. Dependendo da situação, ou espera até que o ninho seja abandonado ou a equipe tenta fazer a relocação. Eles pegam o ninho e colocam em outra árvore", disse Fernanda.

umas das ações relacionadas à proteção da flora é o resgate de germoplasma, que corresponde à coleta prévia de epífitas - que vivem sobre outras plantas -, plântulas - recém-germinadas - e sementes, antes das atividades de retirada da vegetação na área de intervenção da obra. O objetivo é minimizar a perda de variabilidade genética nessas áreas, além de garantir sua conservação para uso em reposição florestal e recuperação de áreas degradadas.

Desde abril de 2024, data de início das obras na Serra das Araras, foram identificadas mais de 40 espécies vegetais, com mais de 500 exemplares resgatados, 1.800 sementes coletadas e 700 mudas produzidas no viveiro instalado no canteiro central, sendo que 100 mudas já foram doadas ao município de Pirafó.

Foram encontradas ainda algumas espécies alvo nativas da Mata Atlântica, ou seja, aquelas que têm algum grau de ameaça e são prioritárias nos resgates, como Euterpe edulis (juçara), Dalbergia nigra (jacarandá-dabahia) e Apuleia leiocarpa (garapa).

ESPECIAL

Publicidade legal mantém papel estratégico para a transparência e a segurança dos negócios na era digital

POR REDAÇÃO

Mesmo diante das mudanças no cenário geral, a publicidade legal continua sendo um dos principais instrumentos de transparência, governança e segurança jurídica para empresas, investidores, credores e cidadãos. A divulgação de balanços financeiros, atas de assembleias, editais, comunicados societários e outros atos obrigatórios segue desempenhando função central na organização do ambiente de negócios brasileiro, permitindo que informações de interesse público estejam acessíveis ao mercado e à sociedade.

Nos últimos anos, alterações legais ampliaram as possibilidades de publicação em meios eletrônicos, reduzindo custos operacionais e modernizando procedimentos. A digitalização, porém, não eliminou a necessidade da publicidade legal. Pelo contrário: o acesso rápido às informações tornou ainda mais importante a existência de mecanismos confiáveis para garantir autenticidade, rastreabilidade e transparência dos dados divulgados.

Segundo a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), a divulgação adequada de informações corporativas é um dos pilares da proteção dos investidores e da eficiência dos mercados. O órgão regulador destaca que a transparência reduz assimetrias de informação entre empresas e investidores, contribuindo para decisões mais seguras e para o fortalecimento da confiança no ambiente econômico.

A importância desse processo fica evidente em um país que possui mais de 23 milhões de empresas ativas, segundo dados da Receita Federal. Em um universo tão amplo, a publicidade legal funciona como ferramenta de organização institucional, permitindo que alterações societárias, demonstrações financeiras e decisões empresariais relevantes sejam conhecidas

por acionistas, fornecedores, órgãos reguladores e demais partes interessadas.

Além de atender às exigências legais, a publicação desses atos tornou-se um elemento associado às práticas de governança corporativa. A transparência das informações financeiras e societárias é considerada um fator relevante para empresas que buscam acesso a crédito, atração de investidores e participação em mercados mais competitivos.

O papel dos veículos especializados nesse processo

Nesse cenário, os veículos de comunicação especializados em publicidade legal continuam exercendo uma função que vai além da simples divulgação de documentos. Eles atuam como plataformas de acesso à informação, organizando conteúdos de interesse público e oferecendo mecanismos de consulta que facilitam o acompanhamento de atos empresariais e administrativos.

É a credibilidade desses veículos, que contribui para a formação de um ambiente de negócios mais previsível. Ao centralizar e disponibilizar informações oficiais, eles ajudam a garantir que documentos relevantes possam ser localizados e verificados por investidores, advogados, auditores, credores e pela sociedade em geral.

A evolução tecnológica também transformou a atuação desses meios. Hoje, grande parte das publicações ocorre em formato digital, permitindo buscas mais rápidas, armazenamento permanente e maior alcance geográfico. Ao mesmo tempo, permanecem as exigências relacionadas à integridade dos dados e à conformidade com as normas regulatórias.

Entidades representativas do setor, como a AbraLegal (Associação Brasileira das Agências e Veículos Especializados em Publicidade Legal), defendem que a modernização dos processos deve ocorrer sem comprometer a função essencial da publicidade legal: assegurar que informações relevantes sejam divulgadas de forma acessível, verificável e transparente.

Em um contexto de crescente demanda por governança corporativa, compliance e prestação de contas, a publicidade legal permanece como um instrumento de interesse econômico e social. Mais do que uma obrigação formal, ela continua sendo um mecanismo que contribui para a segurança jurídica das relações empresariais, para a organização dos mercados e para a transparência das atividades econômicas, independentemente do meio utilizado para sua divulgação.

Publicidade legal mantém papel estratégico para a transparência e a segurança dos negócios na era digital



IMIGRAÇÃO

Cubanos superam venezuelanos em pedidos de refúgio

JOSÉ MARIA TOMAZELA/AE

Os cubanos lideraram os pedidos de refúgio no Brasil em 2025, superando os venezuelanos, que estiveram no topo do ranking nos últimos anos. O País recebeu 75.599 pedidos desse tipo de acolhimento feito por cidadãos de outras nacionalidades, atrás apenas de 2018 e 2019. Destes, 41.919 (55,4%) vieram de Cuba, crescimento de 88,1% em relação ao ano anterior. Já 21.233 (28,1%) venezuelanos pediram refúgio - no ano anterior tinham sido 27.140.

Impulsionadas pelos cubanos, as solicitações de refúgio aumentaram 10,9% em 2025, em comparação com o ano anterior.

Os dados são do relatório Refúgio em Número 2026, produzido pelo Observatório das Migrações Internacionais (OBMigra), em parceria com o Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP).

O estudo leva em conta o período de 2010 a 2025 e foi divulgado nesta segunda-feira, 22, em evento alusivo ao Dia Mundial do Refugiado, que transcorreu no sábado, 20.

Conforme o MJSP, o refúgio é concedido para a pessoa que foi forçada a sair do país por fundado temor de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social, opiniões políticas, ou por causa de grave e generalizada violação de direitos humanos. Enquanto tramita um processo de refúgio, pedidos de expulsão ou extradição ficam suspensos.

O refúgio tem diretrizes globais definidas e possui regulação pelo organismo internacional Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR). No Brasil, a matéria é regulada pela Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997, que criou o Comitê Nacional para os Refugiados (Conare), e pela Convenção das Nações Unidas sobre o Estatuto dos Refugiados, de 28 de julho de 1951.

O país receptor é obrigado a proteger contra a devolução ao país onde corre risco, além de dar acesso ao trabalho, educação, saúde, liberdade religiosa e à documentação legal.

Nacionalidades que mais pediram refúgio no Brasil em 2025

- Cuba: 41.919 (55,4%)
- Venezuela: 21.233 (28,1%)
- Colômbia: 1.432 (1,9%)
- Angola: 1.253 (1,7%)

Em um período mais amplo, de 2010 a 2025, um total de 551.072 imigrantes de 177 nacionalidades pediram refúgio ao Brasil. Por Estado, o maior volume de solicitações foi para Roraima (32%), São Paulo (26,5%) e Amapá (12,6%).

O estudo aponta que o maior volume de solicitações de refúgio no ano de 2025 tem relação com a retomada de fluxos em direção ao Brasil já verificados anteriormente para

os anos de 2022 (50 355), 2023 (58.628) e 2024 (68.159), após um período de maiores restrições à mobilidade humana internacional em decorrência das ações impostas em virtude da pandemia de covid-19.

O aumento das solicitações de refúgio por cubanos também pode estar relacionado ao momento político e social vivido por Cuba. O país caribenho está com a economia debilitada e em um momento tenso na relação com os Estados Unidos.

Na semana passada, no entanto, o Parlamento de Cuba aprovou um pacote de reformas na economia. A reforma aproxima Cuba de uma economia de mercado e reduz o controle do governo. Quando entrar em vigor, o pacote vai abrir a economia para investimentos privados e estrangeiros nos setores de turismo, agricultura, imobiliário, bancário e cambial. Bancos estrangeiros poderão se instalar em Cuba.

REGIÃO NORTE

No ano passado, 52,4% das solicitações de refúgio decididas pelo Conare foram registradas nos Estados da região Norte. Os solicitantes para essa região tinham como origem, principalmente, Venezuela (13.125), Cuba (11.490) e Colômbia (524).

Roraima também foi a unidade da federação que concentrou o maior volume de solicitações de reconhecimento da condição de refugiado decididas pelo Conare, com 16.166 (32% do total), seguida por Amapá, com 6.372 (12,6%), e Amazonas, com 2.445 (4,8%).

A maioria dos pedidos atendidos pelo Conare (94,7%) foi por violação generalizada de direitos humanos. O maior grupo nessa categoria é o dos venezuelanos.

Mais homens solicitaram refúgio do que mulheres (55,9% contra 44%), e a maioria está na faixa etária dos 25 aos 40 anos (26.911 solicitantes).

Entre os cubanos, diferentemente, a maioria dos que pedem refúgio tem mais de 60 anos (67,8%).

Os trâmites são mais fáceis para países em que o Brasil reconhece que há grave e generalizada violação de direitos humanos, como nos casos de Venezuela, Síria e Afeganistão.

Diferente do refúgio, no caso do asilo, as garantias são dadas apenas após a concessão do benefício. Antes disso, a pessoa que estiver em território nacional estará em situação de ilegalidade

O asilo pode ser diplomático - quando o requerente está em país estrangeiro e pede asilo à embaixada brasileira - ou territorial - quando o requerente está em território nacional. Se concedido, o requerente estará ao abrigo do Estado brasileiro, com as garantias devidas.

Nota**JUIZ REJEITA MANDADO DE PRISÃO CONTRA EX-FISCAL FLAGRADO COM CARTAS PARA 'DRIBLAR' MP**

O juiz Thiago Baldani Gomes De Filippo, da 1ª Vara de Crimes Tributários de São Paulo, rejeitou pedido do Ministério Público estadual para decretação de um novo mandado de prisão preventiva contra o ex-auditor fiscal Artur Gomes da Silva Neto, que confessou ter sido o mentor do esquema de R\$ 1 bilhão em propinas na Secretaria de Estado da Fazenda e Planejamento. A Promotoria requereu a medida sob o argumento de que encontrou com Artur correspondências manuscritas com instruções a colegas supostamente envolvidos na trama. Os textos do ex-fiscal orientavam seus pares a "não confiar" nos promotores que o investigam. "Nós vamos anular tudo", escreveu, em referência às três operações consecutivas da Promotoria contra a corrupção na Receita estadual - Operações Icaro, Mágico de Oz e Fisco Paralelo. Thiago De Filippo já havia mandado soltar o ex-fiscal anteriormente, no final de maio. Apesar de sua nova decisão - rejeitando o pedido do Ministério Público -, Artur permanecerá preso porque é alvo de outro mandado de custódia preventiva, expedida pela 2ª Vara de Crimes Tributários. O pedido da Promotoria estava amparado no achado dos investigadores na residência de Arthur, no município de Ribeirão Pires.

INIMIGO DO POVO

Alcolumbre mantém PEC da escala 6x1 travada no Senado

LUCAS PORDEUS LEÓN/ABRASIL

A tramitação da proposta de emenda à Constituição (PEC) que acaba com a escala 6x1 no Brasil deve seguir travada no Senado em uma semana esvaziada pelas festas de São João, pelo jogo do Brasil contra a Escócia e pelos trabalhos semipresenciais na Casa.

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP) (foto), mantém a PEC 221 de 2019 em sua mesa, sem despachá-la para a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Como a comissão não marcou reuniões para esta semana, a expectativa é que a PEC siga parada, completando um mês, no próximo sábado, desde a aprovação na Câmara dos Deputados.

O presidente da CCJ, senador Otto Alencar (PSD-BA), não marca reuniões em semanas semipresenciais, quando os parlamentares podem votar remotamente, devido ao baixo quórum.

A assessoria da CCJ informou à Agência Brasil que não houve sinalização de Alcolumbre para liberar a PEC. Já a assessoria do presidente do Senado não respondeu à reportagem.

Com o feriado de São João no Nordeste, amanhã, e também dia do jogo do Brasil contra a Escócia pela Copa do Mundo, a expectativa é de uma semana esvaziada no Parlamento.

AMIZADE COM VORCARO

Defesa de Jaques Wagner recorre ao STF para anular busca da PF

LUCI RIBEIRO E VICTOR OHANA/AE

A defesa do senador Jaques Wagner (PT-BA) informou ontem, que apresentou um recurso ao Supremo Tribunal Federal (STF) pedindo a anulação da decisão que autorizou a realização de busca e apreensão na residência do parlamentar. Segundo os advogados, a medida foi baseada em premissas equivocadas e apresenta "erros graves" que comprometem sua validade.

Na semana passada, Wagner foi alvo da nona fase da Operação Compliance Zero, que apura os vínculos do ex-banqueiro Daniel Vorcaro, do Master, e a su-



LULA MARQUES/ABRASIL

Na semana passada, o senador Paulo Paim (PT-RS) cobrou, no plenário, a votação da PEC. "Não temos mais por que demorar", afirmou.

"O que afinal está faltando para que o Senado vote a matéria, já que debatemos esse tema há anos?", questionou Paim.

A PEC que acaba com a escala 6x1 e reduz a jornada de trabalho de 44 horas para 40 horas semanais foi aprovada na Câmara por ampla maioria. Apenas 22 dos 513 deputados vota-

ram contra. Mesmo assim, o tema não avança no Senado, onde enfrenta resistência da oposição, que apresentou PEC alternativa para manter a escala 6x1 e permitir contratos por hora.

A proposta da oposição foi despachada à CCJ por Alcolumbre no mesmo dia em que foi apresentada, no dia seguinte à aprovação da PEC do fim da 6x1 na Câmara.

O senador Otto Alencar informou que vai priorizar a PEC do fim da escala 6x1, por ter inicia-

do a tramitação antes da proposta da oposição.

Na semana seguinte à aprovação na Câmara, Alcolumbre criticou a pressão para despachar a matéria, sugerindo que ela poderia ser melhorada no Senado e passar por comissões antes do plenário.

"Tenho certeza de que, como outros senadores, seria razoável que o Senado pudesse melhorar um texto dessa importância e debater o tema com calma", defendeu Alcolumbre.

postas participação do senador no esquema. A Polícia Federal suspeita que Alcolumbre tenha recebido um imóvel de R\$ 2,5 milhões e pagamentos de propina que totalizaram R\$ 3,5 milhões por meio de uma empresa ligada a um de seus familiares.

No recurso, a defesa argumenta que o parlamentar nunca atuou no Congresso Nacional para beneficiar o Banco Master. Como prova, cita a única emenda apresentada por Wagner sobre o tema, no âmbito da Medida Provisória 1106/2022, que previa a limitação de juros e a ampliação da proteção aos consumidores, "justamente o contrário dos interesses do Banco".

Os advogados também destacam que o senador se posicionou contra a chamada "Emenda Master", apresentada por outro parlamentar durante a tramitação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 65/2023, que trata da autonomia operacional e financeira do Banco Central.

De acordo com a defesa, todas as manifestações e atuações do senador relacionadas ao assunto são públicas e documentadas.

O recurso menciona ainda uma declaração do relator da proposta, senador Plínio Valério (PSDB-AM), que afirmou, em nota, jamais ter sido procurado

por Jaques Wagner para tratar do tema.

Sobre os valores em espécie encontrados durante a operação, a defesa sustenta que os recursos possuem origem lícita e comprovada. "Parte é proveniente de diárias publicamente declaradas pagas pelo Senado para missões no exterior, e outra parte foi adquirida por meio de operações oficiais junto a instituição financeira, com registro regular", cita a nota distribuída pela defesa do senador à imprensa. "Não há nada a ocultar. O próprio Ministério Público Federal já havia considerado prematura a apreensão desses bens", completa.

TSE

Mendonça 'protege' Flávio e remove publicação que o associava a Vorcaro

GUILHERME MATOS/AE

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) mandou remover uma imagem gerada por Inteligência Artificial (IA) que associava o senador e pré-candidato à Presidência Flávio Bolsonaro (PL-RJ) ao banqueiro preso Daniel Vorcaro. A decisão foi publicada na sexta-feira passada, e dava 24h para o autor da publicação remover a postagem do X sob pena de multa diária. Até a publicação desta reportagem, o post seguia no ar.

A decisão, assinada pelo ministro André Mendonça (foto), afirma que o material "promove desinformação eleitoral mediante uso de conteúdo fabricado ou manipulado, com potencial de induzir o eleitor a erro sobre fato politicamente relevante".

Trata-se de um "deepfake" - técnica que usa IA para criar ou alterar fotos, vídeos e áudios de forma ultrarrealista. A imagem, diz o autor da postagem, é uma

"foto vazada de um brunch organizado por Daniel Vorcaro". Nela aparecem Ciro Nogueira (PP-PI) e Rogério Marinho (PL-RN) apontados como principais articuladores da candidatura de "Flávio Rachadinha".

Para Mendonça, o elemento central que distingue a publicação de uma crítica política foi o uso da expressão "foto vazada". A expressão, diz o ministro, passa ao eleitorado a ideia de que a imagem seria um registro autêntico de acontecimento real.

A ação foi apresentada pelo PL, partido de Flávio Bolsonaro. A sigla alegou que a publicação extrapola os limites da crítica política e configura propaganda eleitoral negativa antecipada. Para embasar o pedido, o partido juntou laudo técnico forense digital que atribuiu à imagem probabilidade de 78% de ter sido gerada por inteligência artificial, com grau de confiança alto.

A decisão deferiu apenas parcialmente o pedido do PL. Men-

CARLOS MOURA/SCO/STF



donça ordenou a remoção da publicação e proibiu o representado de republicar ou impulsionar o mesmo conteúdo, ou semelhante, em qualquer rede social, sob pena de multa diária. O ministro também oficiou Instagram, Facebook e X para que cumprissem a determinação em 24h.

Ficou de fora, porém, o pedido de remoção de "todos os comentários e compartilhamentos".

A decisão sobre a imagem de IA não foi a única tomada por

Mendonça na última sexta-feira a pedido do PL em favor de Flávio Bolsonaro. No mesmo dia, o ministro também determinou a remoção de publicações nas redes sociais que associavam ao pré-candidato à PEC 12/2026.

Naquele caso, os alvos foram posts atribuídos a parlamentares da oposição, como a deputada Erika Hilton (PSOL-SP) e os deputados Rogério Correia (PT-MG) e Lindbergh Farias (PT-RJ). Em ambas as decisões, Mendonça usou o mesmo raciocínio: a Justiça Eleitoral deve interferir o mínimo possível no debate público, mas pode agir quando há indícios de divulgação de fato "sabidamente inverídico" ou descontextualizado com potencial de enganar o eleitor.

Nesta segunda-feira, a pré-campanha de Flávio Bolsonaro comemorou as vitórias. Em nota encaminhada à imprensa, a assessoria afirmou: "jurídico do PL dá goleada em ações vitoriosas contra postagens irregulares do PT".

ELEIÇÕES 2026

Parecer do MPE é contra barrar divulgação de pesquisa

ANDRÉ RICHTER/ABRASIL

O Ministério Público Eleitoral (MPE) enviou ontem ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) parecer contrário à decisão individual do ministro Kássio Nunes Marques (foto), que suspendeu a divulgação de uma pesquisa de intenção do voto para presidente da República, promovida pela AtlasIntel.

O levamento foi realizado após a divulgação de conversas entre o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), pré-candidato à presidência da República, e o banqueiro Daniel Vorcaro, dono do Banco Master, com o objetivo de medir o impacto da notícia na intenção de voto dos eleitores.

O parecer foi motivado por um recurso do PL contra a decisão do ministro, que é presidente do TSE.

Na manifestação, o vice-procurador Alexandre Espinosa disse que a interferência da Justiça Eleitoral em pesquisas de intenção de voto deve ser excepcional e somente se houver intervenção indevida na livre formação da opinião dos entrevistados.

Para o vice-procurador, não houve irregularidades nas perguntas feitas aos entrevistados. Espinosa considera natural que institutos de pesquisa procurem questionar os eleitores sobre "temas políticos sensíveis".

"A intervenção da Justiça Eleitoral nas pesquisas eleitorais



MARCELO CAMARGO/ABRASIL

somente deve ser admitida em situações excepcionais, nas quais fique sobejamente demonstrada uma quebra objetiva do dever de equidistância e imparcialidade no levantamento científico realizado, com evidências concretas que permitam concluir uma indução que represente significativa interferência indevida na livre formação da opinião dos entrevistados", afirmou.

ENTENDA

No dia 8 de junho, o presidente do TSE, Kássio Nunes

Marques, suspendeu a divulgação do levantamento e entendeu que a pesquisa induziu as respostas dos eleitores.

A pesquisa foi divulgada no dia 19 de maio e apontou queda de cinco pontos na intenção de voto em Flávio Bolsonaro após o surgimento da conversa do parlamentar com Vorcaro.

O ministro atendeu a um pedido de suspensão feito pelo PL. O partido questionou perguntas relacionadas ao caso Master e disse que também foi apresentado aos eleitores o áudio no qual Flávio aparece pedindo dinhei-

ro a Vorcaro para financiar o filme Dark Horse, cinebiografia do ex-presidente Jair Bolsonaro.

Com a decisão individual de Nunes Marques, a pesquisa não pode permanecer publicada nos canais oficiais da empresa, ser republicada ou impulsionada nas redes sociais.

No dia 9 de junho, o plenário do TSE começou a decidir se a liminar do ministro será referendada, mas um pedido de vista da ministra Estela Aranha interrompeu o julgamento. A data da retomada do julgamento ainda não foi definida.

STF

Gilmar critica lei que permite advocacia privada na AGU

GUILHERME MATOS/AE

Gilmar Mendes, ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), criticou ontem, um projeto de lei que permite aos membros da Advocacia-Geral da União (AGU) prestarem serviços jurídicos privados em paralelo ao cargo público.

"Essas iniciativas são expressão de um fenômeno mais amplo: a priorização de reivindicações corporativas em detrimento das atribuições e dos deveres do cargo", afirmou o ministro em post no X.

O projeto a que ele se refere foi aprovado na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), da Câmara dos Deputados, na terça-feira passada, 16.

O texto autoriza os advogados da União, procuradores da Fazenda Nacional, Federais e do Banco Central a exercerem a advocacia fora de suas atribuições institucionais. A medida não se aplica a ocupantes de cargos em comissão ou função de confiança.

Pela proposta, os profissio-

nais ficam proibidos de atuar contra a União, suas autarquias, fundações públicas, empresas públicas ou sociedades de economia mista. Eles também devem comunicar previamente a AGU sobre o exercício da atividade privada, e o órgão ficará obrigado a divulgar em seu site a lista dos membros que atuarem dessa forma.

Ex-Advogado-Geral da União, Gilmar afirmou que a proposta subordina "a função constitucional da AGU aos interesses privados de seus membros". Para o ministro, o movimento deveria ser o inverso: em vez de abrir espaço para a atuação privada, o Congresso Nacional deveria aprovar emenda constitucional que vedasse de forma definitiva essa prática, que já ocorre no âmbito estadual.

Segundo ele, a iniciativa é "especialmente grave" por envolver profissionais que já figuram entre os mais bem remunerados do serviço público, "em descompasso evidente com a realidade da maioria dos brasileiros".

RORAIMA

TSE vai decidir sobre resultado de eleição suplementar em RR

FABIOLA SINIMBÚ/ABRASIL

Com candidatura em análise pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Arthur Henrique (PL) foi o mais votado para o cargo de governador do estado de Roraima, em eleição suplementar ocorrida no domingo passado. Ele e o candidato a vice, subtenente Velson, receberam 160.004 votos, 60,87% dos votos válidos.

O resultado da apuração foi anunciado ainda na noite de domingo, mas os candidatos só poderão ser declarados eleitos após o TSE analisar uma decisão do Tribunal Regional Eleitoral do estado (TRE-RR) que indeferiu o registro dos candidatos por descumprimento do prazo legal de desincompatibilização (afastamento do cargo para disputar eleição).

Arthur Henrique ocupava o cargo de prefeito de Boa Vista e, após a cassação do então governador Antonio Denarium (Republicanos) e de seu vice Edilson Damião (UNIÃO), desligou-se da gestão para concorrer à eleição suplementar. O afastamento seguiu o prazo estabelecido pelo TRE-RR por resolução, de apenas 24 horas. No entanto do Supremo Tribunal Federal derubou a decisão, por considerar o prazo em desacordo com a Lei Complementar 64/1990, que prevê um prazo mínimo de três meses.

Os candidatos Soldado Sampaio e Tayla Peres (Republicanos) receberam 93.897 votos válidos (35,72%). A chapa de Nelita Frank (PT) e Bartô Macuxi (PSol), 8.948 votos – o equivalente a 3,40% dos votos válidos na eleição suplementar.

PRIMEIRA TURMA

STF rejeita recurso e mantém condenação dos assassinos de Marielle

GUILHERME MATOS/AE

A Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) rejeitou, por unanimidade, os recursos apresentados pelas defesas dos condenados pelo assassinato da vereadora Marielle Franco e do motorista Anderson Gomes, em 2018, no Rio de Janeiro.

A Corte entendeu que os embargos de declaração são protelatórios, ou seja, tem o objetivo de evitar que a condenação se torne definitiva. Também afirmaram que os recursos representam "mero inconformismo com o desfecho do julgamento". O julgamento foi realizado em sessão virtual encerrada na última sexta-feira, quando já havia maioria formada desde a quinta-feira passada.

Os recursos foram apresentados na ação penal por Domingos e Francisco Brazão (76 anos e 3 meses de prisão), Ronald Paulo Alves (56 anos de

prisão), Rivaldo Barbosa (18 anos de prisão) e Robson Fonseca (9 anos de prisão).

As defesas alegavam omissões e obscuridades na decisão e questionavam pontos como os critérios de fixação da pena e o valor da indenização a ser paga de forma solidária aos familiares das vítimas.

O relator, ministro Alexandre de Moraes, destacou que a fundamentação da decisão colegiada é coerente com as provas dos autos e que a pena é fixada segundo o convencimento dos julgadores sobre a gravidade dos fatos.

Em fevereiro deste ano, o colegiado decidiu pela condenação dos participantes do crime. Os irmãos Domingos e Chiquinho Brazão foram apontados como mandantes e condenados por organização criminosa armada, duplo homicídio qualificado e tentativa de homicídio qualificado.

FILME

PGR defende que Mendonça relate pedido de investigação do Dark Horse

ANDRÉ RICHTER/A BRASIL

A Procuradoria-Geral da República (PGR) defendeu ontem que o ministro André Mendonça, do Supremo Tribunal Federal (STF), deve assumir a relatoria do pedido para investigar os pagamentos do banqueiro Daniel Vorcaro para o filme Dark Horse, a cinebiografia do ex-presidente Jair Bolsonaro. Mendonça é o relator do caso Master na Corte.

O parecer foi solicitado pelo ministro Alexandre de Moraes, destinatário de uma petição na qual o deputado federal Lind-

berg Farias (PT-RJ) pede que seja investigado o pedido de dinheiro feito pelo senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), pré-candidato à presidência da República, a Vorcaro para o custeio das gravações.

Diante do parecer que defende que o caso seja enviado a Mendonça, Moraes solicitou que o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Edson Fachin, dê a palavra final e decida quem deve ser o relator do pedido.

ENTENDA

Após a revelação das conver-

sas entre Flávio e Vorcaro, preso pelas investigações sobre o caso Master, Lindberg Farias sustentou que há ligação entre o financiamento do filme e as condutas do ex-deputado Eduardo Bolsonaro para fomentar as sanções norte-americanas contra o Brasil e pediu a ampliação da investigação.

Moraes é o relator do caso que envolve Eduardo, que, na semana passada, foi condenado a quatro anos e dois meses de prisão pelo crime de coação no curso do processo. Contudo, o ministro pediu um parecer da PGR, e a procuradoria entendeu que o

caso deve ser enviado a Mendonça, por envolver Vorcaro.

O filme que retrata a vida política de Bolsonaro veio à tona após o site The Intercept revelar que o senador pediu dinheiro a Vorcaro para financiar as gravações.

Após a divulgação da conversa entre Flávio e Vorcaro, ocorrida em novembro do ano passado, o senador negou ter combinado qualquer vantagem indevida com o banqueiro e disse que os recursos eram privados.

Em seguida, veio à tona que Eduardo atuou como produtor executivo de filme.

LUA DE MEL NA CADEIA

Condenado por estupro, Brennand vai se casar com ex-advogada de Bolsonaro

ADRIANA VICTORINO/AE

Condenado a mais de 30 anos de prisão por crimes que incluem estupro, agressões e violência contra a mulher, Thiago Brennand vai se casar com a advogada Karina Kufa, que integra sua equipe de defesa. A informação foi revelada pela própria advogada em entrevista à coluna de Mônica Bergamo, da Folha de S.Paulo, e confirmada pelo Estadão.

Karina afirmou estar convencida da inocência de Brennand e disse acreditar que ele será absolvido. "Se Deus quiser, vamos tirá-lo logo de lá (da prisão). E Deus há de querer", declarou em entrevista à coluna.

Segundo ela, o relacionamento surgiu durante a convivência profissional. "Foi uma paixão pelas palavras. Me apaixonar pelo intelecto dele", afirmou. "Sabe quando a pessoa é o

seu espelho? Foi um acontecimento de Deus, um encontro de almas e de intelecto. Com ele, consigo conversar de igual para igual", acrescentou.

Brennand está preso desde 2023. Atualmente, ele cumpre a pena na Penitenciária II Álvaro de Carvalho, em Potim, no interior de São Paulo. As condenações impostas ao empresário somam mais de 30 anos de prisão.

Em setembro do ano passado, Brennand recebeu uma pena de oito anos de prisão em regime fechado por estupro. Na mesma decisão, a Justiça determinou o pagamento de indenização de ao menos R\$ 200 mil à vítima. O processo era o nono enfrentado por Brennand e também o último que ainda estava em tramitação, segundo o Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP).

Ao longo das investigações e processos judiciais, Brennand

foi condenado em cinco ações e firmou acordos extrajudiciais em outras duas. Os casos envolvem acusações de agressão, violência contra a mulher e estupro.

Entre as condenações estão a agressão contra a modelo Helena Gomes em uma academia na zona sul de São Paulo, o estupro de uma mulher norte-americana em sua mansão e o caso em que foi condenado por forçar uma ex-companheira a manter relações sexuais sem preservativo.

QUEM É KARINA KUFÁ

Karina Kufa é advogada especializada em direito eleitoral e ganhou projeção nacional após defender o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) e o ex-deputado federal Eduardo Bolsonaro (PL).

Em 2014, chegou a negociar sua participação na campanha de Alexandre Padilha (PT) ao

governo de São Paulo, mas o acordo não foi adiante. Anos depois, passou a integrar a equipe jurídica da campanha presidencial de Jair Bolsonaro, tornando-se uma das advogadas mais próximas do então presidente.

Durante a crise entre Bolsonaro e o PSL, dirigentes partidários e antigos aliados atribuíram a ela influência nas decisões do ex-presidente e na condução de disputas internas. Kufa sempre negou as acusações e afirmou que apenas exercia sua função profissional. "Estou na defesa do presidente da República e qualquer pessoa no meu lugar faria o mesmo", disse ao Estadão na época.

Mais recentemente, a advogada assumiu a defesa de aliados de Bolsonaro no Supremo Tribunal Federal (STF), incluindo o ex-ministro da Saúde Marcelo Queiroga e o deputado federal Otoni de Paula (MDB-RJ).

RÚSSIA

Dmitriev reivindica crédito por saída de Starmer no Reino Unido

THAIS PORSCH/AE

A Rússia, que considera o Reino Unido um de seus principais inimigos por apoiar a Ucrânia, celebrou a renúncia de Keir Starmer ao cargo de primeiro-ministro. Em postagem na rede X, o enviado especial do presidente Vladimir Putin, Kirill Dmitriev, reivindicou crédito pela saída de Starmer.

"Fizemos isso em conjunto

ao expor o belicismo de Starmer e suas políticas consistentemente erradas sobre imigração, crime, energia e economia. Ele falhou em proteger a Grã-Bretanha e estava destruindo a civilização ocidental", escreveu Dmitriev.

O enviado especial acrescentou que o chanceler alemão, Friedrich Merz, "é o próximo, a menos que ele mude as políticas".

REINO UNIDO

Andy Burnham confirma candidatura para suceder Starmer

PEDRO LIMA/AE

O ex-prefeito da Grande Manchester Andy Burnham (foto) confirmou ontem, que disputará a liderança do Partido Trabalhista e, conseqüentemente, o cargo de primeiro-ministro do Reino Unido, após a renúncia de Keir Starmer. Em mensagem publicada no X, Burnham afirmou que a saída de Starmer "marca o início de uma transição" e defendeu que o processo ocorra de forma "ordenada e responsável".

"O país espera estabilidade, seriedade e foco contínuo nas questões que mais importam, e é isso que terá", escreveu. Segundo ele, as prioridades do governo devem continuar sendo o crescimento econômico, o custo de vida, os serviços públicos, a habitação e as oportunidades para as novas gerações.

Sua vitória em uma eleição parlamentar suplementar na semana passada foi apontada como o fator que desencadeou a decisão do atual premiê de deixar o cargo. Após quase uma década fora do Parlamento, período em que comandou a Grande Manchester, Burnham retorna a Westminster e deverá tomar posse como deputado ainda hoje.

A disputa pela liderança trabalhista pode, no entanto, não ocorrer. O ex-ministro da Saúde Wes Streeting, considerado até então o principal potencial rival de Burnham, anunciou apoio ao colega e sinalizou que não pretende concorrer.



WIKIPÉDIA

Em comunicado divulgado na Câmara dos Comuns, Streeting elogiou o legado de Starmer, afirmando que o premiê conduziu o partido a uma vitória eleitoral que "ninguém julgava possível", manteve o Reino Unido fora da guerra com o Irã e promoveu avanços domésticos. Ele também atribuiu a Burnham a vitória na eleição suplementar de Makerfield e disse que o resultado mostrou que o Partido Trabalhista pode vencer quando é "inclusivo, unido e conectado às vidas das pessoas".

Streeting afirmou estar convencido de que Burnham é a pessoa certa para liderar o partido, destacando seu compromisso com uma legenda mais ampla e capaz de enfrentar o nacionalismo. "Com Andy, ainda podemos mostrar que a política pode ser uma força para o bem", escreveu. O apoio aumenta a probabilidade de Burnham ser escolhido sem uma disputa formal pela liderança, já que apenas parlamentares podem concorrer ao posto.

ACIDENTE

Explosão no Catar em fábrica de gás deixa 13 mortos e 66 feridos

PATRICIA LARA/AE

A estatal QatarEnergy confirmou ontem, que a explosão e o incêndio ocorridos no domingo passado, na instalação de fornecimento de gás local de Barzan, na cidade industrial de Ras Laffan, operada pela empresa, matou 13 pessoas e feriu outras 66 pessoas. A empresa informou ainda que os feridos estão recebendo tratamento médico, nenhum deles em estado grave.

"A QatarEnergy gostaria de enfatizar que se tratou de um acidente operacional e não de sabotagem ou ato hostil", informou a empresa em comunicado desta segunda-feira.

As vítimas fatais deste incidente são cidadãos de nacionalidade indiana e paquistanesa, e os feridos são de nacionalidade catariense, indiana, paquistanesa, bengali, queniana, ganense, tanzaniana, nigeriana e nepalesa, completou.

A companhia disse que a

produção em Barzan foi intencionalmente interrompida por completo desde dezembro de 2025 devido a necessidades urgentes de manutenção, e foi reiniciada pela primeira vez dois dias antes do incidente.

A equipe de resposta a emergências da QatarEnergy e a Defesa Civil do Qatar extinguíram o incêndio no local de forma rápida e completa.

Em março, a QatarEnergy havia relatado que ataques provocados por mísseis iranianos haviam atingido a sua principal instalação de gás, provocando danos extensos.

A companhia disse ainda que as instalações de GNL da QatarEnergy, o Porto de Ras Laffan, outras operações logísticas e a capacidade de exportação da QatarEnergy não foram afetadas pela explosão e pelo incêndio e que uma investigação completa para determinar a causa deste incidente foi iniciada.

GUERRA

Irã: Vance fala em avanço na negociação, mas é desmentido

PEDRO LIMA/AE

O vice-presidente dos Estados Unidos, JD Vance, reafirmou ontem, que as negociações com o Irã continuam avançando, mas ressaltou que ainda há trabalho a ser feito para alcançar um acordo definitivo. Em declarações a jornalistas antes de embarcar no Air Force Two, Vance disse que se sente "muito bem" em relação ao progresso obtido até agora e destacou avanços nas discussões técnicas entre as partes.

"Teremos de continuar trabalhando nisso", afirmou o vice-presidente. Segundo ele, as equipes seguem registrando progresso nas negociações técnicas iniciadas após as conversas realizadas no fim de semana na Suíça.

Vance também reiterou que o Irã "permitirá a entrada de inspetores nucleares pela primeira vez em muito tempo", reforçando declarações feitas mais cedo pelo governo americano sobre a retomada das inspeções da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA). A informação, porém, já foi contestada por veículos da mídia estatal iraniana mais cedo, que afirmam não haver confirmação oficial de Teerã sobre o tema.

O vice-presidente acrescentou que os Estados Unidos não liberarão ativos iranianos congelados caso não haja avanços concretos nas negociações. Segundo ele, qualquer flexibilização das restrições dependerá de progresso contínuo rumo a um acordo. O Escritório de Controle de Ativos Estrangeiros (Ofac, na sigla em inglês) do Departamento do Tesouro dos EUA,

emitiu ontem a licença geral que permite ao Irã a produção, entrega e venda de petróleo bruto e outros produtos petroquímicos até 21 de agosto de 2026.

Sobre a segurança energética, Vance afirmou que cerca de 15 milhões de barris de petróleo passaram pelo Estreito de Ormuz e disse que Washington trabalhou para estabelecer mecanismos que garantam a permanência da rota aberta à navegação.

FONTE IRANIANA

Uma fonte iraniana próxima às negociações entre Washington e Teerã afirmou à Tasnim que a alegação de que os fundos bloqueados do Irã foram utilizados para a compra de grãos "não corresponde à realidade" e não foi mencionada em nenhum acordo.

Segundo a fonte, a principal razão para tais declarações por parte dos americanos são questões de política interna. "Parece que o lado americano divulga tais notícias para ofuscar a isenção de sanções para a venda de petróleo e seus derivados", acrescentou.

Também fazendo referência à licença geral para venda de produtos petroquímicos por 60 dias, o chefe da Comissão de Energia da Câmara de Comércio do Irã afirmou à ISNA que os efeitos práticos da decisão não serão visíveis no curto prazo, mas que a redução das restrições às vendas de petróleo e a possibilidade de fornecimento a preços mais próximos da taxa real podem afetar as equações do mercado e a economia iraniana "nos próximos meses".

Trump: Irã concordará com grandes inspeções de 'armas nucleares'

PEDRO LIMA/AE

O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, afirmou ontem, que o Irã aceitará inspeções abrangentes em seu programa nuclear para assegurar a chamada "honestidade nuclear" no longo prazo, em meio às negociações entre Washington e Teerã para um acordo definitivo. Em publicação na Truth Social, Trump escreveu que "todos estão plenamente cientes de

que o Irã concordará com grandes inspeções de armas para garantir a 'honestidade nuclear' por muito tempo no futuro".

A declaração reforça o discurso do governo norte-americano de que houve avanços nas conversas realizadas no fim de semana na Suíça.

Mais cedo, o vice-presidente dos EUA, JD Vance, afirmou que as negociações fizeram "bom progresso" e disse que o Irã concordou em permitir o retorno de

inspetores da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA), possivelmente ainda nesta semana.

As declarações, no entanto, foram contestadas por veículos da mídia estatal iraniana.

A agência Tasnim, ligada à Guarda Revolucionária Islâmica (IRGC, na sigla em inglês), informou que não houve confirmação de autorização para inspeções da AIEA e argumentou que qualquer retomada das ativida-

des de fiscalização deveria fazer parte de um acordo final entre as partes.

Segundo a imprensa iraniana, as negociações na Suíça tiveram como foco a implementação do memorando de entendimento de Islamabad, incluindo a manutenção do cessar-fogo regional e a liberação de ativos iranianos.

A delegação de Teerã retornou ao país após dois dias de conversas com representantes americano.

IRÃ

Ministério diz que interação com a AIEA seguirá inalterada

LAÍS ADRIANA/AE

O porta-voz do Ministério das Relações Exteriores do Irã, Esmail Baghaei (foto), enfatizou que a interação do país com a Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) continuará de acordo com os procedimentos atuais, em resposta a questionamentos da IRNA. Segundo ele, a interação continuará em conformidade com aprovações da Assembleia Consultiva Islâmica e as decisões do Conselho Supremo de Segurança Nacional do Irã.

Autoridades familiarizadas com a negociação entre EUA e Irã na Suíça disseram à IRNA que o país persa não discutiu o dossiê nuclear durante as 18 ho-

ras de reuniões ou aceitou novos compromissos.

A declaração contraria afirmações feitas pelo vice-presidente dos EUA, JD Vance, de que inspetores da AIEA seriam autorizados a entrar no Irã. Para a Fars, uma fonte afirmou que o comentário do americano é "falso" e que "não houve qualquer discussão sobre inspetores estarem presentes no país durante as conversas na Suíça".

A possível parceria com a AIEA foi amplamente criticada pela Tasnim, agência de notícias ligada à Guarda Revolucionária do Irã (IRGC, em inglês). Por outro lado, o Tesouro dos EUA mencionou positivamente as supostas inspeções de usinas nucleares iranianas



WIKIPÉDIA

pela AIEA, citando como um dos motivos para liberação das vendas de petróleo persa por 60 dias.

Em paralelo, o ministro das Relações Exteriores do Irã,

Seyyed Abbas Araghchi, e o presidente do Parlamento do Irã, Mohammad Bagher Ghalibaf, viajaram ontem para Omã, com objetivo de discutir cooperação bilateral e o gerenciamento do Estreito de Ormuz. Hoje o secretário de Estado dos EUA, Marco Rubio, também deve dar início a uma viagem para encontrar países aliados do Golfo, entre eles Emirados Árabes Unidos, Kuwait e Bahrein.

À ISNA, o premiê e ministro das Relações Exteriores do Catar, Mohammed bin Abdulrahman Al Thani, disse que negociações técnicas entre times do Irã e dos EUA continuam a acontecer, mesmo após o retorno da delegação iraniana à Teerã.

COPA DO MUNDO

Em carta deixada em vestiário, seleção iraniana pede paz entre nações

PAULA LABOISSIÈRE/ABRASIL

Em carta escrita à mão deixada no vestiário do estádio de Los Angeles, nos Estados Unidos, a seleção de futebol do Irã agradeceu à cidade e aos iranianos que torceram pelo time em solo estadunidense e fez um apelo pela paz entre as nações.

Escrita em inglês, a mensagem foi encontrada quando a delegação já havia deixado o local, após o empate de 0 a 0 contra a Bélgica na fase classificatória da Copa do Mundo 2026, sediada nos Estados Unidos, no Canadá e no México.

"Da Pérsia antiga de milhares de anos atrás ao Irã civilizado de hoje, o espírito do Irã permanece vivo e inabalável", descreve o texto. "Vimos para Los Angeles com orgulho, competimos com honra e partimos com dignidade."

A carta cita a hospitalidade da cidade de Los Angeles e agradece aos iranianos que torceram pelo time durante a passagem na Califórnia. "Que a paz, o respeito e a amizade prevaleçam entre todas as nações", finaliza o texto.

ENTENDA

Desde o início da competi-

ção, após cada partida disputada nos Estados Unidos, a seleção iraniana precisou retornar para Tijuana, no México, devido às restrições impostas à permanência da delegação em território estadunidense.

Inicialmente os iranianos ficariam hospedados no Arizona, nos Estados Unidos. Dias antes do início do torneio, porém, ficou acertada a mudança para a cidade de Tijuana, no México. As três partidas da seleção do Irã na primeira fase, no entanto, ocorreram nos EUA.

Em meio ao imbróglio en-

volvendo os vistos estadunidenses para a delegação iraniana, a poucos dias do início do torneio, um funcionário do Departamento de Estado dos Estados Unidos confirmou à agência Reuters a emissão dos documentos de entrada no país, destacando a concessão "aos atletas e à equipe de apoio necessária".

"Não permitiremos que a seleção iraniana abuse desse sistema para levar terroristas para os EUA sob falsos pretextos", acrescentou o funcionário do governo estadunidense na ocasião.